



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011957-39.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Fernanda Stegun Vidigal**
 Impetrado: **Diretora da 26ª Ciretran (Circunscrição Regional de Trânsito) de São Carlos-sp e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **FERNANDA STEGUN VIDIGAL** contra ato exarado pela Diretora Técnica da 26ª CIRETRAN. Alega, em síntese, que foi instaurado Processo Administrativo objetivando a suspensão do seu direito de dirigir, uma vez que foi lançada em seu prontuário a autuação nº 1P947113-4, datada de **15/01/2017**, por estar dirigindo o veículo Fiat/Fiorino, ambulância, placas APZ-2788. Afirma que o veículo relacionado com a infração nunca foi de sua propriedade e que esteve fora do País no período de **31/12/2016 a 02/02/2017**. Relata ter apresentado recurso administrativo que foi indeferido, sendo-lhe aplicada a penalidade de 2 meses de suspensão, bem como imposta a obrigação de participar do curso de reciclagem.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 13/23.

Foi deferida a liminar (fls. 24/25).

A autoridade apontada como coatora não prestou informações (fl. 39).

O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SP requereu seu ingresso na lide na qualidade de assistente litisconsorcial (fl. 38), o que foi deferido pela decisão de fl. 40.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl. 46).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

A situação enfocada nestes autos permite seja concedida a segurança pleiteada.

Na hipótese vertente, conforme se verifica pelos documentos trazidos com a inicial, a infração que acarretou a aplicação da penalidade de suspensão de dirigir da impetrante foi cometida em 15/01/20117 (fl.17). Por outro lado, a impetrante esteve fora do Brasil no período de 31/12/2016 a 02/02/2017 (fls. 17/20).

Ademais, o veículo relacionado com a prática da infração encontra-se em nome de Mônica Ghislotti Aranda (fl.22).

Desse modo, não é possível penalizar a impetrante por infração que ela não cometeu.

Sendo assim, há direito líquido e certo a ser amparado, o que impõe a concessão da segurança

Ante o exposto, confirmada a liminar, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, **concedendo a** segurança, para determinar que a autoridade coatora exclua do prontuário da impetrante as pontuações e penalidades decorrentes do Auto de Infração de Trânsito n.º 1P947113-4.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 11 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**